



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA Nº 24/2025

DATA DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA: **17/06/2025**

PROCURADORIA DE JUSTIÇA: **10ª Procuradoria de Justiça**

PROCURADOR DE JUSTIÇA: **Josenias França do Nascimento**

CÂMARA A QUE É VINCULADO: **1ª Câmara Cível do TJ/SE**

1) DADOS PESSOAIS E FUNCIONAIS

1.1 Data do ingresso na carreira	14/12/1988
1.2 Data de nomeação na Procuradoria de Justiça	19/11/2007
1.3 Atribuições	Oficiar perante as Câmaras Cíveis e Cíveis Reunidas do Tribunal de Justiça, o Pleno do Tribunal de Justiça e o Conselho da Magistratura, estes dois últimos, se for o caso, por delegação do Procurador-Geral de Justiça; remeter à Corregedoria Geral suas apreciações e quaisquer referências sobre a atuação do Promotor de Justiça; integrar comissão de processo disciplinar; receber intimação pessoal nos processos em que officiar, mediante entrega dos autos, podendo interpor recursos, ressalvada a atribuição do Procurador-Geral de Justiça; oferecer contrarrazões de recursos dirigidos ao Supremo Tribunal Federal e ao Superior Tribunal de Justiça; oferecer parecer em juízo prévio de admissibilidade nos Recursos Extraordinários e Especiais, entre outras atribuições conferidas em Lei.
1.4 Exerce outra função/atribuição junto à Administração Superior ou aos Órgãos que compõem o MPSE?	Sim (X) Não () Em caso positivo, especificar: Presidente da Comissão de Assuntos Institucionais - CPAI
1.5 Reside na unidade de Lotação?	Sim (X) Não () Em caso negativo, indicar ato que autoriza:
1.6 Endereço Residencial	Av. Adélia Franco, 2850, Condomínio Jardim América, Bloco L, Apto. 404, Bairro Luzia, Aracaju – SE, CEP 49.025-040.
1.7 Exerce o Magistério	Sim () Não (X) Em caso positivo, especificar a(s) entidade(s) de ensino, carga horária e se exerce algum cargo administrativo:
1.8 Férias/Licenças/Afastamentos	Período de férias do último ano: Julho/2024; Janeiro/2025 Período de outros afastamentos do último ano: _____



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

2) DADOS DA PROCURADORIA

2.1 Servidores	Nome: Dhiogo Lima Velozo Cargo: Assessor de Procurador de Justiça/ Técnico do Ministério Público. Nome: Jeane Santos Nascimento Cargo: Assessora de Procurador de Justiça/ Técnica do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe (cedida). Nome: Petrócio Lopes Casado Filho Cargo: Assessor de Procurador de Justiça/ Analista do Ministério Público. Nome: Rebeca Jamilly Costa Souza Cargo: Estagiária de Direito (Pós-Graduação)
2.2 A estrutura de apoio é	(X) Satisfatória () Insuficiente Observações:
2.3 O atendimento ao público é realizado por intermédio de quais meios?	(X) telefone (X) e-mail institucional O atendimento também é realizado de forma presencial, quando necessário.
2.4 Horário de Funcionamento da unidade	Das 07:00 às 14:00 horas, conforme o horário de funcionamento da Sede do Ministério Público do Estado de Sergipe.
2.5 Dias/Horário de atendimento ao público	O atendimento ao público ocorre de segunda a sexta feira, durante o horário de funcionamento do Ministério Público do Estado de Sergipe.
2.6 Quantitativo médio de atendimento ao público semanal	Os atendimentos ocorrem de forma esporádica, geralmente, de advogados que, por telefone, desejam tirar dúvidas sobre andamento processual.
2.7 Há registro dos atendimentos realizados ao público externo (partes/advogados/comunidade)	Sim (X) Não ()
2.8 Livros/Pastas (físicas ou eletrônicas) existentes na Procuradoria	(X) Ofícios recebidos. () Ofícios expedidos. (X) Atos, avisos, instruções normativas, recomendações, portarias e outros normativos do Conselho Nacional do Ministério Público, Procuradoria Geral de Justiça, Corregedoria Geral e Coordenadoria Geral. (X) Controle de atendimento ao público. (X) Peças Processuais elaboradas na Procuradoria. (X) Livro de carga/protocolo. (X) cópia de preenchimento dos formulários – sistemas do MP e CNMP.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

() Outros. Especificar: Obs.: A exceção do livro de protocolo, as pastas são eletrônicas.

3) ATUAÇÃO JUDICIAL – Análise Quantitativa (Estatística do Cartório do 2º Grau)

TABELA 01 – (Dados referentes aos últimos 6 meses)	
Processos Recebidos	485
Processos Devolvidos	485
Manifestações de Mérito	391
Contrarrazões	15
Cotas pela Não Manifestação do MP	11
Diligências	1
Cotas pela Redistribuição	9
Cientes	55
Recursos Interpostos	0
Outras Manifestações	3
Designações para participar de Sessões nas Câmaras/Pleno do TJSE	6

4) ATUAÇÃO JUDICIAL – Peças analisadas

Tipo de peça	Quantidade analisada	Processos	Observações da Corregedoria Geral
Manifestação de Mérito	04	202400772760 202500701175 202500715758 202500715424	Pareceres bem elaborados, balizados em teses doutrinárias e jurisprudência de Tribunais Superiores. Aspectos externos padronizados e organizados.
Contrarrazões	04	202400746875 202400765968 202400864239 202400700573	
Contestação	01	202400700573	
Parecer Não Intervenção	03	202400860691 202500726860 202500726860	
Diligências	02	202500828045 202400768938	
Recursos Interpostos	-	-	



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Outras Manifestações	04	202500718887 202500601259 202500707818 202500816653	
----------------------	----	--------------------------------------------------------------	--

5) AVALIAÇÃO QUALITATIVA DA ATUAÇÃO FUNCIONAL¹

Descrever e especificar as atividades desenvolvidas, inclusive em outros órgãos onde atua/atuou.		Descrição da atividade desenvolvida
5.1 Exercício da função pedagógica da cidadania²	(X) Sim () Não	Participação em cursos promovidos pela Escola Superior do Ministério Público que visam ao exercício da função pedagógica da Cidadania, a exemplo do curso sobre Violência doméstica e familiar contra a Mulher, realizado em maio/2025.
5.2 Interação com os membros que atuam nas diversas instâncias jurisdicionais³	(X) Sim () Não	Como presidente do Grupo de Estudos das Procuradorias Cíveis do Ministério Público do Estado de Sergipe, até o ano de 2024, o Procurador titular, ao tratar de temas relevantes ou de nova legislação, sempre convidava membros que atuam na primeira instância, priorizando o diálogo, a fim de debater e orientar por uma atuação uniforme do MP. Já no ano de 2025, como membro do Grupo, liderou estudos sobre aplicação do Acordo de Não Persecução Cível a processos de improbidade administrativa, em tramitação na segunda instância.
5.3 Incentivar o cumprimento da Resolução 118 do CNMP: priorização da resolução consensual das demandas⁴	(X) Sim () Não	O Procurador de Justiça sempre que observa a possibilidade de realização de acordo em processo judicial, mesmo no segundo grau, pode requerer designação de sessão de mediação ou conciliação. Quanto a Acordos de Não Persecução Cível, no ano de 2025, foram instaurados, até o momento, 07 (sete) procedimentos para tratativas com os agentes acionados.
5.4 Proatividade na prática de atos extrajudiciais e priorização do trabalho institucional nas causas socialmente mais relevantes	(X) Sim () Não () Não se aplica	A Procuradoria, como regra, não tem atribuição extrajudicial, porém o Procurador, na atuação de procedimentos administrativos do MPExtra, adota todas as diligências possíveis para a solução da questão.
5.5 Incentivo ao controle de	(X) Sim () Não	Atuação em processos judiciais que envolviam temas objeto

¹ Descrever e especificar as atividades desenvolvidas.

² Realização de palestras em escolas, associações, Ong's, clubes, etc.

³ Interação com os membros que atuam nas diversas instâncias jurisdicionais, inclusive entre as áreas cível, criminal e as especializadas na defesa dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos, bem como as diversas unidades do Ministério Público brasileiro, especialmente em demandas urgentes, complexas e de maior repercussão social.

⁴ Provocação e participação nas sessões de conciliação e mediação.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

constitucionalidade ⁵		de controle de constitucionalidade.
5.6 Atua ou atuou em casos complexos ou de repercussão social no último ano	(X) Sim () Não	Diversas demandas envolvendo a aplicação da nova Lei de Improbidade Administrativa. Atuação em processos de grande repercussão social, como licitação do transporte público, encerramento de atividades de associação civil.

6) ATIVIDADES EXTRAORDINÁRIAS, PARTICIPAÇÃO EM GRUPOS DE TRABALHO E COMISSÕES

O Procurador de Justiça informou:

- Eleito em Reunião Ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça para integrar a Comissão de Assuntos Institucionais – CPAI, como presidente, para os biênios 2018/2020, 2020/2022, 2022/2024 e 2024/2026.
- Designado para compor a Comissão Especial para realização de Concurso Público de Ingresso na Carreira do Ministério Público de Sergipe – Portaria PGJ nº. 1.854/2021.
- Membro do Grupo de Estudos das Procuradorias Cíveis do Ministério Público do Estado de Sergipe.

7) ELOGIOS, PRÊMIOS, CURSOS E CONGRESSOS

O Procurador de Justiça registrou:

- Curso de Violência Doméstica, realizado pela ESMP – Maio/2025;
- Curso de Negociação, realizado pela COAPAZ – Maio/2025;
- Membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família, seccional Sergipe, onde também exerce a função de tesoureiro. No IBDFAM, são discutidas questões polêmicas e atuais envolvendo o Direito de Família, matéria de extremo interesse do Ministério Público.

8) OBSERVAÇÕES GERAIS E DIFICULDADES ENFRENTADAS

O Procurador de Justiça não prestou informações neste item.

⁵ Uso de recomendação dirigida ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo, com o objetivo de provocar o controle preventivo de constitucionalidade e de representação dirigida ao Procurador-Geral de Justiça ou ao Procurador-Geral da República, com o intuito de promover o controle concentrado de constitucionalidade.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

9) REGISTRO FOTOGRÁFICO



10)



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CONSIDERAÇÕES FINAIS DA CORREGEDORIA GERAL

Análise Quantitativa		
	Conceito	
Saldo Processual do Período*	(X) 0 () 1% a 10% () 11% a 20% () maior que 20%	ÓTIMO
Média Mensal no Período	81 processos/mês	
Comparecimento nas Sessões de Câmaras/Pleno**	06 designações 06 presenças	ÓTIMO
Análise Qualitativa		
	Conceito	
Manifestações (de Mérito)	ÓTIMO	
Contrarrazões	ÓTIMO	
Diligências	ÓTIMO	
Outras Manifestações	ÓTIMO	

* Razão entre saldo processual em gabinete e total de processos recebidos

** Razão entre Presenças e Designações

Observou-se que, no período avaliado, de dezembro/2024 a maio/2025, todos os processos recebidos já haviam sido devolvidos.

Restou constatado que os processos que se encontravam em gabinete, no dia da Correição, eram os que tinham sido distribuídos no mês de junho, não havendo nenhum fora do prazo de fechamento da estatística do Cartório da Procuradoria-Geral de Justiça.

Verificou-se que a atuação do eminente Procurador de Justiça Dr. Josenias França do Nascimento não se limita à intervenção processual, atuando também como Presidente da Comissão Permanente de Assuntos Administrativos do Colégio de Procuradores de Justiça – CPAI.

Desse modo, constatou-se que os trabalhos estão sendo desenvolvidos com excelência e alto grau de zelo, cumprindo-se os prazos processuais, e que o Procurador de Justiça Dr. Josenias



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

França do Nascimento possui gestão à frente da 10ª Procuradoria de Justiça do MPSE.

Por fim, registre-se que os trabalhos correicionais verificam a situação da unidade ministerial num determinado momento, e que, mesmo após a Correição, os Membros do Ministério Público devem manter os serviços da Procuradoria de Justiça em dia e organizados.

Nesse contexto, determino o encaminhamento de cópia deste Relatório para conhecimento do Excelentíssimo Procurador de Justiça interessado, para, querendo, manifestar-se sobre seu teor, no prazo de 10 (dez) dias e, após, seja levado ao conhecimento do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, nos termos do art. 126 da Lei Complementar Estadual nº 02/90, do art. 5º, § 2º, da Resolução nº 149 – CNMP, arts. 10, XI e 85 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público de Sergipe, e art. 64 do Regimento Interno da Corregedoria Geral.

Considerando que não foram observadas pendências durante a correição, passado o prazo de resposta do eminente Procurador de Justiça e após apreciação do relatório pelo CSMP, archive-se.

Aracaju, 30 de junho de 2025.

Rodomarques Nascimento
Procurador de Justiça
Corregedor-Geral do Ministério Público de Sergipe